

Processo nº 08220.005477/2022-12

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 14/2022 (COMPRAS)

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de bens permanentes (mobiliário) com montagem, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre e suas Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Cruzeiro do Sul/AC e Epitaciolândia/AC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPOS	Nº	Item	Especificação	Medidas	Quant	Especificações Técnicas - Portaria 13.056/2020-DG/PF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1 MESAS	1	MESA MODELO A	Tampo de mesa reto	Comprimento: 2400 mm Largura: 1000 mm Altura mínima: 750 mm	Mínimo: 1 Máximo: 2	Tampo de mesa reto confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar, com espessura de 30 mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação. Pés tipo painel confeccionados em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, com espessura de 56 mm, com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão. União entre tampo e pés estruturado por suporte metálico, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa, fixados por parafusos.	RS 7.082,00	RS 14.164,00
	2	MESA DE APOIO MODELO A	Tampo de mesa reto	Comprimento: 1200 mm Largura: 1000 mm Altura mínima: 750 mm	Mínima: 1 Máxima: 2	Tampo de mesa reto confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar, com espessura de 30 mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação. Pés tipo painel confeccionados em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, com espessura de 56 mm, com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão. União entre tampo e pés estruturado por suporte metálico, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa, fixados por parafusos.	RS 3.223,49	RS 6.446,98
	3	MESA DE CENTRO MODELO A	Mesa de centro com tampo superior e inferior em madeira aglomerada	Largura: 1065 mm Profundidade: 600 mm Altura: 350 mm	Mínima: 2 Máxima: 4	Mesa de centro com tampo superior e inferior em madeira aglomerada, na cor Carvalho Munique ou similar, com resina fenólica e partículas de granulometria fina, com espessura de 25 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor Carvalho Munique ou similar, resistente à abrasão. Bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno e superfície visível lisa, com espessura de 2,0 mm, na cor Carvalho Munique ou similar, e raio ergonômico de contato com o usuário. Estrutura metálica na cor preta, confeccionada em tubo de aço SAE 1020 25 x 35 x 1,5 mm, de formato retangular e com travessas de sustentação para tampos inferior e superior, com revestimento cromado e ponteiros de acabamento internas pretas.	RS 3.701,25	RS 14.805,00
	4	MESA LATERAL MODELO A	- Mesa de canto com tampo superior e inferior em madeira aglomerada	Largura: 610 mm Profundidade: 600 mm Altura: 490 mm	Mínima: 1 Máxima: 2	Mesa lateral com tampo superior e inferior em madeira aglomerada, na cor Carvalho Munique ou similar, com resina fenólica e partículas de granulometria fina, com espessura de 25 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor Carvalho Munique ou similar, resistente à abrasão. Bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno e superfície visível lisa, com espessura de 2,0 mm, na cor Carvalho Munique ou similar, e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Estrutura metálica na cor preta.	RS 2.522,33	RS 5.044,66
	5	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.400 x 1.400 MM)	Característica principal:-Mesa de trabalho com 01(um) tampo no formato de "L".	Dimensões:Largura: 1400 x 1400 mmProfundidade: 600 x 600 mmAltura mínima: 730 mmDimensões: variação máxima permitida de até 5%	Mínima: 24 Máxima: 47	Tampo interião em formato de "L", tipo estação de trabalho, em MDP ou MDF espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico de baixa pressão, em ambas as faces, na cor avelã ou similar. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2 mm na parte frontal e bordas nas laterais, na cor avelã ou similar.	RS 1.549,67	RS 72.834,49
	6	MESA AUTOPORTANTE (tampo 1.600 x 1.600 mm)	Mesa de trabalho com 01(um) tampo no formato de "L"	Largura: 1600 X 1600 mmProfundidade: 600 X 600 mmAltura mínima: 730 mm	Mínima: 14 Máxima: 27	Tampo interião em formato de "L", tipo estação de trabalho, em MDP ou MDF espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico de baixa pressão, em ambas as faces, na cor avelã ou similar. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2 mm na parte frontal e bordas nas laterais na cor avelã ou similar.	RS 1.994,63	RS 53.855,01
	7	MESA PENÍNSULA GOTA	Mesa com tampo interião em formato de "L"; - Península em 01 (uma) das extremidades.	Largura 1: lado da península: 1800 mmLargura 2: 1600 mmProfundidade: 600 mmAltura mínima: 730 mm Raio mínimo: 600 mm	Mínima: 4 Máxima: 8	Tampo interião em formato de "L", tipo estação de trabalho, em MDP ou MDF espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico de baixa pressão, em ambas as faces, na cor avelã e similar. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2 mm na parte frontal e bordas nas laterais, na cor avelã ou similar.	RS 2.524,90	RS 20.199,20
	8	MESA DE REUNIÃO OVALADA OU RETANGULAR 2400 mm	- Tampo interião em formato ovalado ou retangular; - Comprimento 2400 mm.	Largura: 1200 mm Comprimento: 2400 mm Altura das superfícies: 720 a 750 mm	Mínima: 2 Máxima: 4	Tampo interião em formato ovalado para reuniões, em madeira aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, com bordas arredondadas PVC com 3 mm de espessura, com alta resistência a impactos, na cor do laminado. Fixação à estrutura através de parafusos auto-atarraxantes para madeira. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi, na cor grafite ou similar.	RS 2.806,75	RS 11.227,00
	9	MESA DE REUNIÃO COMPONÍVEL	Tampo reto de mesa de reunião quadrada; Padrão de tingimento na cor Carvalho Munique ou similar.	Comprimento: 1600 mm Largura: 1600 mm Altura da superfície: 720 a 750 mm	Mínima: 3 Máxima: 5	Tampo com 40 mm de espessura e borda de 2 mm, composto por armação e travessas de reforço internas de MDF de 25 mm, preenchimento interno por colmeia de papelão grampeada e duas chapas externas de MDF 6 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, com bordas arredondadas PVC com 3 mm de espessura, com alta resistência a impactos, na cor do laminado. Pé do tipo painel com 40 mm de espessura e borda de 1 mm, composto por um painel em MDP de 15 mm e outro em MDP de 25 mm com acabamento na cor cinza matrix ou similar.	RS 2.846,20	RS 14.231,00
	10	MESA RETANGULAR INDIVIDUAL	Mesa de trabalho com tampo no formato retangular.	Comprimento: 1400 mm Largura: 600 mm Altura mínima: 730 mm	Mínima: 9 Máxima: 17	Tampo interião, em MDP ou MDF espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2 mm na parte frontal e bordas nas laterais, na cor avelã ou similar.	RS 1.285,69	RS 21.856,73
	11	MESA PARA REFEITÓRIO	Mesa com tampo no formato retangular	Comprimento: 1600 mm Largura: 1000 mm Altura mínima: 730 mm	Mínima: 2 Máxima: 4	Tampo reto em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, com espessura de 25 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, resistente à abrasão, bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno de superfície visível, com espessura de 2,0 mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966.	RS 1.985,00	RS 7.940,00
TOTAL GRUPO 1							RS 242.604,07	
GRUPO 2 SOFÁ	12	SOFÁ DE 01 LUGAR	Sofá de um lugar revestido em símile couro	Altura total: 830 mm Profundidade total: 800 mm Altura do assento: 450 mm Largura total: 780 mm	Mínima: 2 Máxima: 4	Sofá de um lugar com revestimento em símile couro, na cor preta, material composto à base de 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 70% de poliuretano.	RS 3.122,80	RS 12.491,20
	13	SOFÁ DE 02 LUGARES	Sofá de dois lugares revestido em símile couro	Altura total: 830 mm Profundidade total: 800 mm Altura do assento: 450 mm Largura total: 1.350 mm	Mínima: 3 Máxima: 6	Sofá de dois lugares com revestimento em símile couro, na cor preta, material composto à base de 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 70% de poliuretano.	RS 4.413,01	RS 26.478,06
	14	SOFÁ DE 03 LUGARES	Característica principal:-Sofá de três lugares em linhas retas revestido em símile couro.	Dimensões:Altura total: 830 mmProfundidade total: 800 mmAltura do assento: 450 mmLargura total: 1.900 mmDimensões: variação máxima permitida 5%	Mínima: 5 Máxima: 9	Sofá de três lugares com revestimento em símile couro, NA COR PRETA, material composto à base em 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 70% de poliuretano.	RS 6.106,00	RS 54.954,00
TOTAL GRUPO 2							RS 93.923,26	
GRUPO 3 GAVETEIROS								
	15	GAVETEIRO MODELO A	Gaveteiro com 4 ou 5 gavetas; Rodízios de duplo giro.	Largura: 500 mm Profundidade: 500 mm Altura: 650 mm	Mínima: 6 Máxima: 11	Tampo reto do gaveteiro, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar, com espessura de, no mínimo, 30 mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação. Corpo do gaveteiro confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, em ambas as faces, com espessura de 18 mm, e fita de borda em lâmina de material termoplástico de mesmo padrão. Frente das gavetas confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar, com espessura de 18 mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação, laterais e fundo das gavetas em MDP melamínico de 18 mm de espessura, e base da gaveta em MDF de 6 mm de espessura com revestimento melamínico preto na face superior. Corpo do gaveteiro em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de	RS 1.507,25	RS 16.579,75
	16	GAVETEIRO VOLANTE COM	04 (quatro) gavetas médias; Rodízios de duplo giro.	Largura: 400 mm Profundidade: 500 mm			RS 821,14	RS 97.715,66

		QUATRO GAVETAS		Altura: 630 mm	Mínima: 60 Máxima: 119	formaldeído, de 18 mm de espessura e fundo em 15 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura, na cor avelã ou similar. Para frente da gaveta, cor avelã ou similar, encabeçada com fita de poliestireno de superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm no corpo e 1 mm na frente da gaveta, com alta resistência a impactos e base da gaveta em chapa de fibra de madeira de 3,2 mm de espessura com revestimento melamínico na face superior.		
TOTAL GRUPO 3								RS 114.295,41
GRUPO 4 ARMÁRIOS	17	ARMÁRIO BAIXO (APARADOR) MODELO A	Armário baixo com quatro portas; Divisões internas e uma prateleira.	Largura: 2000 mm Profundidade: 550 mm Altura: 750 mm	Mínima: 2 Máxima: 4	Armário baixo com quatro portas com dobradiças, com divisões internas e uma prateleira. Tampo do armário, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar, com espessura de 30 mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação. Prateleiras com espessura de 18 mm, laterais de 30 mm, fundo e base de 18 mm, confeccionadas em MDP, com revestimento melamínico na cor Carvalho Munique ou similar, e com fita de borda de material termoplástico de mesmo padrão. Portas de 18 mm de espessura, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor Carvalho Munique ou similar;	RS 1.886,25	RS 7.545,00
	18	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (ALTURA 1.600 MM)	Características principais:-Armário alto com duas portas;-04 (quatro) prateleiras.	Dimensões:Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 1.600 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5%	Mínima: 26 Máxima: 51	Corpo do armário em madeira MDP de, no mínimo, 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, na cor avelã ou similar, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura. Portas em madeira MDP, de 18 mm de espessura, revestidas com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, resistente à abrasão, encabeçadas com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos.	RS 1.945,14	RS 99.202,14
	19	ARMÁRIO SUPER ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS (2000 MM)	Armário alto com duas portas; 04 (quatro) prateleiras.	Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 2.000 mm	Mínima: 3 Máxima: 6	Corpo do armário em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura, na cor avelã ou similar. Portas em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura, revestidas com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, resistente à abrasão, encabeçadas com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos.	RS 3.024,67	RS 18.148,02
	20	ARMÁRIO ALTO SEMIABERTO	Características principais:-Armário alto, com duas portas inferiores e uma prateleira interna;-Sem portas na parte superior com 02 (duas) prateleiras externas.	Dimensões:Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 1600 mm	Mínima: 3 Máxima: 5	Corpo do armário em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampos no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm, na cor avelã ou similar. Prateleiras com espessura de 18 mm, confeccionadas em MDP, com revestimento melamínico na cor cinza matrix ou similar, e com fita de borda de material termoplástico de mesmo padrão.	RS 1.765,29	RS 8.826,45
	21	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS	Armário baixo com duas portas de abertura frontal; 01 (uma) prateleira interna	Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 730 mm	Mínima: 21 Máxima: 41	Corpo do armário em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura na cor avelã ou similar. Portas em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura, revestidas com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, resistentes à abrasão, encabeçadas com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos.	RS 1.016,75	RS 41.686,75
TOTAL GRUPO 4								RS 175.408,36
GRUPO 5 - ARMÁRIO E ESTANTE DE AÇO	22	ARMÁRIO TIPO GUARDA-ROUPA	Armário de aço em módulos com portas, tipo guarda-roupa; Modulado com dois ganchos para dois cabides de poliuretano por compartimento duplo.	Largura: 1200 mm Profundidade: 450 mm Altura: 1980 mm	Mínima: 3 Máxima: 5	Corpo e prateleiras em chapa de aço perfil #24 ou #26 com estrutura reforçada, compartimentos duplos. Portas em chapa de aço perfil #24 ou #26 com reforço interno e mínimo de quatro venezianas de ventilação. Dobradiças metálicas, internas e antiviolação. Fechadura com chave e dispositivos para cadeado. Tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa.	RS 1.914,52	RS 9.572,60
	23	ESTANTE DE AÇO	Características principais:-Estante de aço com 06 a 08 (seis a oito) prateleiras.	Dimensões:Largura: 1000 mm Profundidade: 450 mm Altura: 1980 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5%	Mínima: 18 Máxima: 35	Estante com 08 prateleiras, aptas a suportar 100 kgf/ prateleira (uniformemente distribuídos). Aberta nos fundos e laterais. Colunas: elementos estruturais com furação oblonga com espaçamento de 50 a 50 mm, com sapatas formados por perfis "L" 54 mm x 34 mm x 2,00 mm de espessura. (Chapa #24 ou #26). Prateleiras: oito elementos estruturais formados por perfis 920 mm x 420 mm x 0,90 mm de espessura com um reforço ômega (para 100 kgf/plano). (Chapa #24 ou #26). Divisores: elementos estruturais formados por perfis "U" 200 mm x 420 mm x 0,60 mm. (Chapa #24 ou #26). Tratamento das superfícies: todas as peças devem receber tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.	RS 677,67	RS 23.718,45
TOTAL GRUPO 5								RS 33.291,05
VALOR TOTAL DOS GRUPOS								RS 659.522,15

- 1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da Lei Complementar n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, inciso III do referido dispositivo legal, bem como no art. 10º, inciso II, do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 1.2.1. Esta excepcionalidade prende-se a necessidade de integração e padronização dos materiais, cujos agrupamentos obedecem aos critérios de especificações dos mesmos (mesas com mesas, cadeiras com cadeiras...). Assim, caso sejam estabelecidas cotas reservadas, poderá haver mais de um vencedor para cada grupo de itens, prejudicando a integração e padronização dos materiais conforme previsto no normativo interno Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.4. Havendo divergências entre as especificações/unidades de medida registradas no sistema compansnet e o edital ou termo de referência, serão válidas as destes últimos. Portanto, devem ser consideradas as informações contidas no Termo de Referência e no Edital, em detrimento do que consta no Sistema Compansnet, haja vista a limitação do seu catálogo de produtos e serviços.
- 1.5. As descrições tem como objetivo assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho dos bens adquiridos, sendo que empresas podem apresentar marcas diferentes que apresentem características iguais ou superiores as descrições dos itens demandados na tabela 1.1 deste Termo de Referência.
- 1.6. A licitação será realizada por Sistema de Registro de Preços, considerando a necessidade do órgão, em consonância com o decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com fundamento no Art. 3º, incisos:
II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 1.6.1. As entregas deverão ocorrer de forma parcela conforme as requisições mínimas para evitar excesso de estoque que gere prejuízos no gerenciamento deste.
- 1.6.2. As entregas em segunda remessa também dependeram da finalização da ampliação da Delegacia de Epitaciolândia e finalização da obra da nova sede da Delegacia de Cruzeiro do Sul.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares Termo de Referência.
4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, mediante Sistema de Registro de preço, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.
5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DOS MOVEIS**
- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial
- 5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;
- 5.3. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental;
- 5.4. Os bens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar que os materiais estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;
- 5.5. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados.
- 5.6. Caso o bem apresentado possua marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitada certificação ou declaração da fabricante.
- 5.6.1. As empresas devem atenta-se ao solicitado na portaria Portaria nº 13.056 - DG/PF onde possui a exigência de apresentação de Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas.
- 5.6.2. Um produto certificado pela ABNT significa que ele foi certificado por um laboratório reconhecido pelo INMETRO garantindo durabilidade, estabilidade e a ergonomia solicitada no Normativo Interno do órgão.
- 5.6.2.1. A exigência em ultimo caso poderá ser aferida através do site da ABNT <https://www.abnt.org.br/certificacao/busca-de-empresas-certificadas>.

- 5.7. Em qualquer caso as características dos bens apresentados na proposta do licitante serão a analisadas criteriosamente pelo setor demandante, podendo ser solicitado folders, catálogos ou amostras.
- 5.8. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º. São estes os critérios:
- 5.8.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 5.8.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 5.8.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 5.8.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega é de 60 dias, devendo o prazo constar na proposta apresentada pela empresa, contados do(a) da emissão da Ordem de Fornecimento em remessa única, a montagem deverá iniciar em até 10 (dez) dias após a entrega, sendo de responsabilidade da contratada, a entrega e montagem se darão no seguinte endereço:

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL - AC	Rodovia BR-364, nº 3501 - Pedro Roseno, Rio Branco/AC, CEP 69917-672	E-mails: selog.srac@pf.gov.br Telefone: (68) 3212 1251
---	--	---

- 6.2. ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS:
- 6.2.1. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATANTE deverá emitir a(s) Ordem(ns) de Fornecimento de Bens de acordo com as demandas previstas.
- 6.2.2. A Ordem de Fornecimento de Bens indicará o item, a quantidade, os locais de entrega, os prazos e o responsável pelo recebimento e conferência dos equipamentos fornecidos.
- 6.2.3. Os produtos deverão ser entregues nos endereços acima expostos, a critério do especificado pela CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens.
- 6.2.4. As despesas de custeio com deslocamento dos equipamentos e técnicos da proponente ao local de entrega, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da contratada.
- 6.2.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.6. Após o recebimento do material e durante a utilização, caso fique evidenciada qualquer divergência na qualidade do material fornecido, a Contratante se reserva o direito de devolver ao fornecedor o material correspondente ao fornecimento. O material devolvido deverá ser substituído por outro que atenda o solicitado, sem ônus à Contratante.
- 6.7. Os itens serão considerados aceitos somente após terem sido desembalados e montados pela Contratada e conferidos pelo(a)(s) responsável(I)(eis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, atendidas as especificações e condições exigidas neste Termo de Referência.
- 6.8. Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da Contratada o controle de qualidade do fornecimento sob sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, vi sando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.
- 6.9. A entrega e a montagem serão de acordo com as necessidades da Polícia Federal no Acre e mediante a assinatura do instrumento de contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, modelo constante do Anexo L.III deste Termo de Referência, sendo que os itens serão entregues na nova sede no endereço citado no item anterior.
- 6.9.1. O local de montagem será aquele definido como "sala de alocação" constante em Ordem de fornecimento de bens;
- 6.9.2. A montagem/instalação deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a conclusão da entrega do material.
- 6.9.3. A entrega e montagem do mobiliário obedecerão rigorosamente:
- 6.9.4. As normas e especificações constantes no presente Termo de Referência e seus Anexos, bem como no Edital.
- 6.9.5. As prescrições e recomendações dos fabricantes do mobiliário;
- 6.9.6. As normas da ABNT, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes.
- 6.9.7. As normas e regulamentos internos da Contratante.
- 6.9.8. A Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis às licitações públicas, no âmbito da esfera Federal.
- 6.9.9. Leis, normas e regulamentos, inclusive os de segurança pública, de empresas concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros Militar/BA.
- 6.9.10. As normas trabalhistas aplicáveis.
- 6.9.11. Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade do fornecimento sob sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas sancionadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 12.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

	EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$ <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%</p>
13.	DO REAJUSTE
13.1.	Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
13.2.	Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994): $R = V (I - I') / I'$ <p>onde: R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual a ser reajustado; I' = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;</p>
13.3.	Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
13.4.	No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
13.5.	Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
13.6.	Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
13.7.	Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
13.8.	O reajuste será realizado por apostilamento.
13.8.1.	Justificativa:
13.8.1.1.	Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas
13.8.1.2.	Em razão do objeto oferecer pouco risco na sua execução
13.8.1.3.	A garantia ser a entrega do produto sem defeito de fabricação
13.8.1.4.	Ser um processo de pronta entrega com compra parcelada através do registro de preços
14.	A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.
14.1.	O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
14.2.	O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto
14.3.	Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
14.4.	Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.
14.5.	A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
14.6.	A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
14.7.	Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
14.8.	As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
14.9.	Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
14.10.	O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
14.11.	Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
14.12.	Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
14.13.	O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
14.14.	A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
15.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15.1.	Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: a. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação; b. ensejar o retardamento da execução do objeto; c. fraudar na execução do contrato; d. comportar-se de modo inidôneo; ou e. cometer fraude fiscal.
15.2.	Pela inexecução <u>total ou parcial</u> do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções: i. Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado; ii. Multa : 1. moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 2. compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; iv. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União , com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência. 15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. 15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que: 15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil. 15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR. 15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa. 15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. 15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF. 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. 16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital. 16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital. 16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: 16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 16.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: 16.3.2.1. A comprovação de aptidão deverá ser atestada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade(s) técnica que comprove(m) que a licitante já forneceu bens compatíveis com o licitado. 16.4. Prova de atendimento aos requisitos previstos no Anexo LIII - Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020 onde possui a exigência de Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas.. 16.4.1. Um produto certificado pela ABNT significa que ele possui laudos/certificados do Inmetro ou de outro laboratório credenciado por ele, que garantem que os móveis atendem às normas específicas da ABNT, garantindo durabilidade, estabilidade e a ergonomia solicitada no Normativo Interno do órgão. 16.4.1.1. A exigência em ultimo caso poderá ser aferida através do site da ABNT https://www.abnt.org.br/certificacao/busca-de-empresas-certificadas . 16.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão: 16.5.1. Valor Global máximo aceitável: R\$ 664.033,40 (seiscentos e sessenta e quatro mil trinta e três reais e quarenta centavos); 16.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços conforme subitem 1.1. 16.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo. 16.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital. 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS. 17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 659.522,15 (seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos). 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. 18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente. 19. INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA 19.1. Anexo I.I - Estudo Técnico Preliminar; 19.2. Anexo I.II - Modelo de Ordem de Fornecimento; 19.3. Anexo I.III - Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020.

ANEXO LII
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº / /					
Fornecimento e montagem de mobiliário					
1 - IDENTIFICAÇÃO					
Data de Emissão: / /			Data limite de entrega: / /		
Contrato nº			Vigência do Contrato: / /		
Contratada:					
2 - ESPECIFICAÇÃO					
ITEM	MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				VALOR TOTAL A PAGAR	
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO				VALOR GLOBAL ESTIMADO	
				SALDO ANTERIOR	
				SALDO CONTRATUAL	
3 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
4 - DATAS E PRAZOS					
Data de Entrega			Data da conclusão da montagem		
5 - OBSERVAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO					
Assinatura Nome/Matricula			Assinatura Nome/Matricula		


ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS
Agente Administrativo da PF
Presidente da CPL e Pregoeira

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO
Agente Administrativo da PF
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação da aquisição de bens mobiliários, que atendam de forma ampla às necessidades tecnológicas do estado do Acre

DESPACHO:
APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização dos procedimentos necessários para a realização do Pregão Eletrônico, para a aquisição de bens mobiliários, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e suas descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

FLÁVIO HENRIQUE DE AVELAR
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da SR/PF/AC - Substituto




Documento assinado eletronicamente por **ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS, Pregoeiro(a)**, em 23/11/2022, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO, Gestor Financeiro**, em 23/11/2022, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO HENRIQUE DE AVELAR, Superintendente Regional em Exercício**, em 23/11/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&iid_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25895812** e o código CRC **A111E870**.